

INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL  
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE  
SOCIAL

ANO DE  
2024

DENOMINAÇÃO: CARITAS DIOCESANA DO PORTO

MORADA: Rua Latino Coelho, 314

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Bonfim

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4000-314

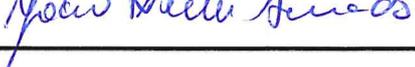
  
\_\_\_\_\_  
(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

LOCAL: Porto

DATA: Porto 15 de Dezembro 2025

ASSINATURAS

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_

**CARITAS DIOCESANA DO PORTO**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Contribuinte : 500961883

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2024	31-dez-2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	89 124,68	99 660,91
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	9.1	1 015,80	980,52
		90 140,48	100 641,43
<b>Ativo corrente</b>			
Estado e outros entes públicos	9.7	52,74	420,00
Diferimentos	9.3	3 144,93	2 508,55
Outros ativos correntes	9.2	16 413,68	5 629,38
Caixa e depósitos bancários	9.4	591 047,70	598 608,02
		610 659,05	607 165,95
<b>Total do ativo</b>		700 799,53	707 807,38
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	9.5	2 493,99	2 493,99
Resultados transitados	9.5	517 979,22	553 896,86
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	9.5	137 639,88	137 639,88
		658 113,09	694 030,73
Resultado líquido do período		-33 504,80	-35 917,64
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		624 608,29	658 113,09
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9.6	42 829,82	316,85
Estado e outros entes públicos	9.7	3 086,08	4 704,89
Diferimentos	9.3	10 228,64	5 345,31
Outros passivos correntes	9.8	20 046,70	39 327,24
		76 191,24	49 694,29
<b>Total do passivo</b>		76 191,24	49 694,29
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		700 799,53	707 807,38

A Direção

O Contabilista Certificado

*Roberto Alexandre da Rocha (legado)*  
*Daniela*  
*Caridade do Santo Espírito*  
*Superfidei*  
*João Manuel Amado*

*[Assinatura]*

**CARITAS DIOCESANA DO PORTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Contribuinte : 500961883

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 024	2 023
Subsídios, doações e legados à exploração	9.9	231 618,75	275 053,07
Fornecimentos e serviços externos	9.10	-118 800,26	-167 371,78
Gastos com o pessoal	7	-137 720,85	-127 368,52
Aumentos/reduções de justo valor	9.11	35,28	12,83
Outros rendimentos	9.12	3 451,47	3 599,06
Outros gastos	9.13	-1 564,44	-9 097,98
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-22 980,05</b>	<b>-25 173,32</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-10 536,23	-10 755,80
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-33 516,28</b>	<b>-35 929,12</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	9.14	11,48	11,48
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-33 504,80</b>	<b>-35 917,64</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-33 504,80</b>	<b>-35 917,64</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

*(Paulo Max 2011 em António Lopes)*  
*Daniela*  
*Luís da Silva*  
*Paulo*  
*Paulo Nélias Amado*

*[Handwritten signature]*

**CARITAS DIOCESANA DO PORTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Pagamentos de apoios		-4 176,38	-4 491,95
Pagamentos a fornecedores		-47 055,96	-69 603,70
Pagamentos ao pessoal		-94 477,64	-72 873,80
Caixa gerada pelas operações		-145 709,98	-146 969,45
Outros recebimentos/pagamentos		-38 155,72	-58 954,12
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-183 865,70	-205 923,57
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-1 206,34
Investimentos financeiros		0,00	-42,42
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		11,48	11,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		11,48	-1 237,28
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		176 293,90	183 678,65
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		176 293,90	183 678,65
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		-7 560,32	-23 482,20
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		598 608,02	622 090,22
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	9.4	591 047,70	598 608,02

A Direção

O Contabilista Certificado

*Porto Mendes Loureiro Lopes*  
*Daniela*  
*Daniela do Santos*  
*Superfidei*  
*Yoda Neves Amado*

*[Handwritten signature]*

CARITAS DIOCESANA DO PORTO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500961883

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-137 720,85	-127 368,52
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-137 720,85</b>	<b>-127 368,52</b>
Outros Rendimentos	9.9 / 9.12 / 9.14	235 116,98	278 676,44
Gastos administrativos	4 / 5 / 9.10	-129 336,49	-178 127,58
Outros Gastos	9.11 / 9.13	-1 564,44	-9 097,98
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-33 504,80</b>	<b>-35 917,64</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	9.14	0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-33 504,80</b>	<b>-35 917,64</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-33 504,80</b>	<b>-35 917,64</b>

Centro Atendimento  
Acompanhamento Social

A Direção

O Contabilista Certificado

*Polo Borges*  
*Daniel de*  
*Santos do Lato Dias*  
*Luiz Carlos*  
*João Neuman de*

*[Handwritten signature]*

# **CARITAS DIOCESANA DO PORTO**

**Anexo às Demonstrações Financeiras  
2024**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
5	Ativos Intangíveis.....	10
6	Rédito.....	11
7	Benefícios dos empregados.....	11
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
9	Outras Informações.....	12
9.1	Investimentos Financeiros.....	12
9.2	Outros ativos correntes.....	12
9.3	Diferimentos.....	12
9.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
9.5	Fundos Patrimoniais.....	13
9.6	Fornecedores.....	13
9.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
9.8	Outros passivos correntes.....	13
9.9	Subsídios, doações e legados à exploração.....	14
9.10	Fornecimentos e serviços externos.....	14
9.11	Aumentos /Reduções justo valor.....	14
9.12	Outros rendimentos.....	14
9.13	Outros gastos.....	14
9.14	Resultados Financeiros.....	15
9.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	15
9.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	15



## **1 Identificação da Entidade**

A "CARITAS DIOCESANA DO PORTO" é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção Geral da Segurança Social sob o nº 42/82, a fls. 101 verso e 102 desde agosto de 1982, com sede na Rua Latino Coelho, 314, Porto.

Tem os seguintes objetivos:

- Realização da ação caritativa e social da Igreja na Diocese, deve promover, orientar e coordenar a Comunicação Cristã de bens em todas as suas formas e ajudar a promoção humana e o desenvolvimento integral de todos os homens;
- Definir, de acordo com os objetivos superiores de hierarquia, as diretrizes a seguir no exercício da ação caritativa da Igreja Católica na Diocese do Porto;
- Despertar as comunidades para os problemas sociais da hora presente, consciencializando-se da gravidade destes e da necessidade de lhes dar a solução adequada;
- Fomentar a criação de Associações, Obras e Instituições de Solidariedade Social e promoção humana, designadamente desenvolver ações em crianças, jovens, adultos e terceira idade, cuja necessidade se faça sentir, de acordo com a Autoridade Eclesiástica competente;
- Promover a criação e manutenção de Creches e Jardins de Infância, Colónia de Férias, Campos de Trabalho, ATL, Ações de Desenvolvimento Comunitário e de apoio à Família, nomeadamente através de Cursos de Formação Familiar e criação de Centros de Alfabetização, Apoio a deficientes e acamados, Centros de Dia e Lares de Idosos;
- Exercer ação coordenadora e esclarecedora junto das Instituições ou quaisquer outras Associações Católicas, que tenham por objetivo a assistência e a promoção social no sentido do melhor aproveitamento e orientação das suas atividades;
- Promover a angariação de fundos através duma verdadeira e autêntica comunicação Cristã de bens;
- Colaborar no campo nacional com as outras Cáritas Diocesanas;
- Assistir, direta ou eventualmente, aos necessitados, nos casos de calamidade pública ou de reconhecida urgência ou quando não exista organização apropriada ao desempenho de determinada missão que se torne necessária ou quando houver conveniência para os interesses de assistência católica, mediante prévia determinação da Autoridade Eclesiástica.



## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

### **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

A CNC – Comissão de Normalização Contabilística divulgou uma orientação técnica relativamente ao enquadramento dos juros credores na Demonstração de Resultados por Natureza. Assim, os juros recebidos são transferidos da rubrica “Outros rendimentos” para “Juros e outros rendimentos similares obtidos”, com aplicação retrospectiva.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**



As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

#### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

#### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

#### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

### 3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
  - Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2023	Adições	Abate	Transferência	31-12-2024
Edifícios	123.905,29	0,00			123.905,29
Equipamento Básico	143.687,36	0,00			143.687,36
Equipamento de Transporte	38.033,73	0,00			38.033,73
Equipamento Administrativo	19.148,98	0,00			19.148,98
Equipamento Informático	11.661,48	0,00			11.661,48
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>336.436,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>336.436,84</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Edifícios	43.637,15	2.229,67			45.866,82
Equipamento Básico	142.755,17	364,64			143.119,81
Equipamento de Transporte	20.591,12	7.606,75			28.197,87
Equipamento Administrativo	18.899,50	154,17			19.053,67
Equipamento Informático	10.892,99	181,00			11.073,99
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>-236.775,93</b>	<b>-10.536,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-247.312,16</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>99.660,91</b>	<b>-10.536,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>89.124,68</b>

#### 5 Ativos Intangíveis

##### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2023	Adições	Abate	Transferência	31-12-2024
Programas de computador	1.679,55				1.679,55
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>1.679,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.679,55</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Programas de computador	1.679,55	0,00			1.679,55
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>1.679,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.679,55</b>
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**6 Rédito**

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Prestação de Serviços	0,00	0,00
Outros Réditos	11,48	11,48
Juros obtidos	11,48	11,48
<b>Total</b>	<b>11,48</b>	<b>11,48</b>

**7 Benefícios dos empregados**

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2024 e 2023, foram de "8". Durante o período de 2022 foram nomeados os novos Órgãos para o quadriénio 2022/2025, que têm a seguinte composição:

Direção

Presidente – Paulo Alexandre Lima Machado Gonçalves;

Secretário – Daniela Cristina Guimarães da Silva Aarão;

Tesoureiro – Francisco dos Santos Barbeira;

Vogal – Isabel Glória Fernandes Silva Teixeira Bastos;

Vogal – João Daniel Neves Amado.

Conselho Fiscal

Presidente – Pedro Lourenço Ferreira Dias;

Secretário – Maria da Graça Lucas Crista de Castro Silva;

Vogal – Pe. José António de Sousa Barros.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2024 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
10	Voluntários polivalentes	2.109

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2023 e 2024 foram de "7".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao pessoal	112.436,63	103.842,36
Encargos sobre as Remunerações	22.812,45	21.265,40
Seguros de Acidentes no Trabalho	1.771,55	1.433,59
Outros Gastos com o Pessoal	700,22	827,17
<b>Total</b>	<b>137.720,85</b>	<b>127.368,52</b>

## 8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 9 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 9.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2023
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
Fundo Compensação do Trabalho	1.015,80	980,52
<b>Total</b>	<b>1.015,80</b>	<b>980,52</b>

### 9.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Devedores por acréscimo de rendimentos	11.438,10	5.341,00
Adiantamentos a fornecedores	92,25	0,00
Outros devedores	4.883,33	288,38
<b>Total</b>	<b>16.413,68</b>	<b>5.629,38</b>

### 9.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	2.039,03	1.594,74
Rendas	1.079,85	650,00
Outras despesas com custo diferido	26,05	263,81
<b>Total</b>	<b>3.144,93</b>	<b>2.508,55</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Incêndios Arouca - obras	5.345,31	5.345,31
Cartão Dá	4.883,33	0,00
<b>Total</b>	<b>10.228,64</b>	<b>5.345,31</b>

#### 9.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	816,71	975,35
Depósitos à ordem	76.979,54	425.995,15
Depósitos a prazo	513.251,45	171.637,52
<b>Total</b>	<b>591.047,70</b>	<b>598.608,02</b>

#### 9.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.493,99	0,00	0,00	2.493,99
Resultados transitados	553.896,86	0,00	35.917,64	517.979,22
Outras variações nos fundos patrimoniais	137.639,88	0,00	0,00	137.639,88
<b>Total</b>	<b>694.030,73</b>	<b>0,00</b>	<b>-35.917,64</b>	<b>658.113,09</b>

#### 9.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	42.829,82	316,85
<b>Total</b>	<b>42.829,82</b>	<b>316,85</b>

#### 9.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	52,74	420,00
<b>Total</b>	<b>52,74</b>	<b>420,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	505,00	1.743,04
Segurança Social	2.581,08	2.961,85
<b>Total</b>	<b>3.086,08</b>	<b>4.704,89</b>

#### 9.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	19.965,70	0,00	39.246,24
Outros credores	0,00	81,00	0,00	81,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>20.046,70</b>	<b>0,00</b>	<b>39.327,24</b>

### 9.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios das Entidades Públicas	2.642,48	530,00
Doações e heranças – Donativos	228.976,27	274.523,07
<b>Total</b>	<b>231.618,75</b>	<b>275.053,07</b>

### 9.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Serviços especializados	16.916,16	12.652,87
Materiais	4.786,75	5.430,00
Energia e fluidos	6.524,44	6.442,48
Deslocações, estadas e transportes	773,25	287,70
Serviços diversos	89.799,66	142.558,73
<b>Total</b>	<b>118.800,26</b>	<b>167.371,78</b>

### 9.11 Aumentos /Reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2024 e 2023 aumentos de "justo valor" nas seguintes rubricas:

Descrição	2024	2023
Em instrumentos financeiros		
Ganhos por aumentos de justo valor	35,28	12,83
<b>Total</b>	<b>35,28</b>	<b>12,83</b>

### 9.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos suplementares	133,88	18,89
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,10
Outros rendimentos	3.317,59	3.580,07
<b>Total</b>	<b>3.451,47</b>	<b>3.599,06</b>

### 9.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	0,00	1.868,25
Outros gastos	1.564,44	7.229,73
<b>Total</b>	<b>1.564,44</b>	<b>9.097,98</b>

**9.14 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Outros juros	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos <sup>(1)</sup>	11,48	11,48
<b>Total</b>	<b>11,48</b>	<b>11,48</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>11,48</b>	<b>11,48</b>

(1) Ver nota 3.

**9.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2024, foi o seguinte:

Centro Atendimento e Acompanhamento Social – 1.454 atendimentos

**9.16 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado

A Direção